



Relatório

Brasil Local Etnodesenvolvimento
Economia Solidária

2013

SOLTEC/UFRJ – CONAQ
SENAES/MTE



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Projeto Brasil Local Etnodesenvolvimento Economia Solidária



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Projeto Brasil Local

Etnodesenvolvimento

Economia Solidária

O principal objetivo deste documento é mostrar o meio pelo qual o Projeto Etnodesenvolvimento buscou contribuir através de ações estruturantes, para o desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas, resultado de uma resistência histórica, apoiada nos princípios da solidariedade socioambiental e identidade étnica.

5

Este relatório faz parte de uma das principais metas (Meta 10) do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária do Programa Brasil Local da SENAES/MTE:



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Presidência da República

Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministério do Trabalho e Emprego

Manoel Dias

Secretário Nacional de Economia Solidária - SENAES

Paul Israel Singer

Secretário Adjunto

Roberto Marinho Alves da Silva

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação - DEAD

Valmor Schiochet

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária DEFES

Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenador-Geral de Promoção e Divulgação - CGDIV

Regilane Fernandes da Silva

Coordenador-Geral de Estudos - CGEST

Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária CGFES

Ary Moraes Pereira

Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito - CGCOJ

Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



A EQUIPE DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PROGRAMA BRASIL LOCAL DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Executiva Nacional:

Prof. Sidney Lianza – coordenação geral
Sandra Mayrink Veiga – coordenação executiva, da pesquisa-ação e material de formação
Ronaldo Santos – coordenação executiva
Quener Chaves dos Santos – coordenação executiva
Diogo Alvim – coordenação de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
Sandro Rogério do Nascimento – coordenação da gestão
Claudia Aguiar – coordenação de sistematização

ASSESSORIAS

Professor Michel Thiollent – assessor metodológico à pesquisa-ação

CONSULTORES

Marina Sidrim Teixeira – sistematização e redação do censo

Luiz Marcelo Carvano – processamento dos dados

7

ARTICULADORES/COORDENADORES(AS) TERRITORIAIS

Bahia: Diego de Jesus Silva

Espírito Santo: Kátia Santos Penha

Goiás: Eriene Santos Rosa

Maranhão: Francinete (Fran) Pereira da Cruz

Minas Gerais: Sandra Maria da Silva Andrade

Pará: Aldo Corrêa Lima

Pernambuco: Rozeane Mendes

Rio de Janeiro: Sinei Barreiros Martins

Rio Grande do Sul: José Alex Borges Mendes

São Paulo e Paraná: Oriel Rodrigues



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



AGENTES

Adilson Oliveira Silva; Angélica Souza Pinheiro; Antônio Carlos Andrade Pereira; Cícero Andrade Silva; Claudemir Silveira dos Santos; Clausete Souza do Rosário; Cristiano de Jesus Braga; Danúbia Neres Moraes; Dayane Cordeiro Barbosa; Domingas Natalia dos Santos Rosa; Edson Silva Campos; Franciney Oliveira de Jesus; Francisco Edeltrudes Moreira; Geanis Cosme dos Santos; Giuliana do Nascimento Modesto; Iricleide Costa Coelho; Ivonete Alves da Silva Pupo; Jaime Mota Santos; Joana Angélica da Silva; Karina Cordeiro Barbosa; Lisiane Borges Goulart; Luan Carlos dos Santos Pinto; Luiz Santos Paixão; Maica Tainara Prestes Soares; Nigiane Araújo Alves; Sonia Aparecida Batista de Abreu; Suzivânia Soares da Costa; Tererzinha Aparecida Lopes Paim; Terezinha de Jesus Coelho.

Voluntários no Pará

Juliane Maria Rocha da Silva, Fátima Corrêa da Silva, Risoelcy Mota Pinto, Raicleudson dos Santos Lima, Elen Guimarães dos Santos, Tamara Tereza Coelho dos Santos, Antônio Lages, Marluce Costa Coelho

BOLSISTAS

Camila Correa Felix e Rejane Babo da Silva



Sumário

Apresentação

Introdução

Abrangência do Projeto Brasil Local Etnodesenvolvimento

Objetivo Geral

Gestão

Desafios e Aprendizados

O Censo

Resultados

Legado

Bibliografia





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Apresentação

“Os territórios quilombolas estão espalhados por todo o Brasil. Hoje, os números oficiais reconhecem a existência de mais de 3.500 comunidades quilombolas. Nós temos certeza que são muito mais. São comunidades formadas por negros que saíram do regime escravista e formavam territórios livres. Ou por negros que receberam terras da Igreja ou de donos de fazenda. Estas comunidades atravessaram séculos de resistência e através da sua luta vieram a constituir direitos pelos quais hoje um grande movimento luta pela garantia dos territórios e de políticas públicas para esses territórios.

11

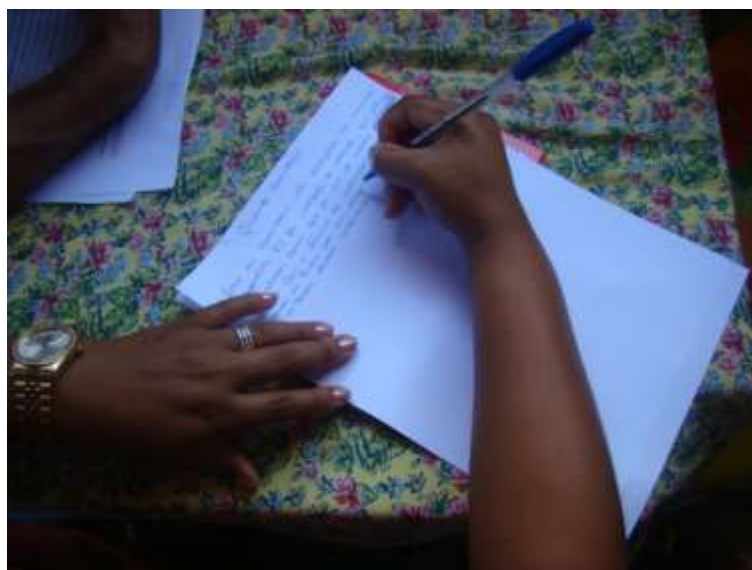
Os conflitos nesses territórios sempre existiram e hoje continuam. Esses grupos são vítimas da perseguição e violência de grupos que têm interesses nas terras onde estas comunidades estão inseridas. Vale destacar a expansão agrícola, pois muitas destas comunidades estão em áreas que o agronegócio disputa. A perseguição de grandes empresas como a Aracruz no Espírito Santo. Existem também outros interesses como, por exemplo, áreas que foram decretadas de conservação quando estas comunidades historicamente preservaram seus territórios que constituíam o ambiente onde viveram. E, hoje, esses mesmos territórios foram decretados como áreas de conservação e frequentemente essa unidade de conservação entra em conflito com a comunidade. Há também conflito com a Aeronáutica em Alcântara, no Maranhão que remanejou várias famílias quilombolas de suas terras para implantar o Centro de Lançamento de Mísseis e com a Marinha em Mangaratiba. Tem também a especulação imobiliária disputando terras quilombolas como, por exemplo, em todo litoral do Rio e norte de São Paulo,



também no Baixo Sul da Bahia e, ainda, os grandes projetos governamentais, alardeados como fundamentais para o crescimento do país, dos quais muitos produzem impactos negativos nesses territórios inviabilizando a sobrevivência sustentável dos quilombolas.

Enfim, as nossas comunidades quilombolas estão hoje nesse processo de se mobilizar contra essa grande força, essa grande pressão, cujo principal argumento contra o nosso povo é que nós somos um povo que não produz e que, portanto, para o desenvolvimento do país as reivindicações dessas comunidades significam que muita terra será estocada e congelada para pouca gente que nem sequer produz. O que, claro, não é verdade. Historicamente nós sempre tivemos uma relação de produzir e comercializar produtos entre nós mesmos e com outros grupos sociais”.

Ronaldo dos Santos, Coordenador Executivo do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária e então Coordenador Executivo Nacional da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas





Quilombolas – Momento de reunião em Brasília

INTRODUÇÃO

O projeto Etnodesenvolvimento Economia Solidária, que compõe o Programa Brasil Local da SENAES/MTE, nesta última versão possui dois eixos principais. O primeiro eixo é o da pesquisa-ação como ferramenta para o fortalecimento do etnodesenvolvimento e da economia solidária. A pesquisa-ação usou instrumentos qualitativos: a Roda de Conversa e a Descrição Histórica, além do Diário de Campo e os relatórios mensais e um instrumento quantitativo: o Censo Domiciliar que seria aplicado em todas as 105 comunidades quilombolas do projeto. Um de seus objetivos era conhecer a realidade dos quilombolas e dos seus territórios, bem como o seu perfil de consumo dos seus moradores e saber se o que consomem é produzido dentro das comunidades ou comprado no mercado fora para poder se fazer um estudo de viabilidade de possíveis arranjos produtivos e de serviços autogestionários na perspectiva da composição de uma rede quilombola de produtos e serviços. Outro objetivo da pesquisa era indagar sobre as prioridades a serem enfrentadas nos territórios, promover o debate através da realização de 10 seminários, um em cada território quilombola do projeto, para a elaboração de Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas. Sobre essas prioridades se montará uma plataforma de lutas e ações a partir da base do movimento, visando o fortalecimento de suas organizações e a construção de indicadores para políticas públicas municipais, estaduais e federal para o etnodesenvolvimento e a economia solidária quilombola.

A pesquisa foi toda realizada pelos próprios quilombolas através da equipe formada por 10 coordenadores territoriais, 30 agentes de desenvolvimento e apoio dos pesquisadores do SOLTEC/UFRJ e dos integrantes da CONAQ.

O outro eixo central é o mapeamento dos empreendimentos quilombolas, que também foi realizado pelos quilombolas, e um catálogo com os produtos quilombolas em auxílio à comercialização.



Todas as ações planejadas, realizadas e não realizadas estarão no *Portal dos Quilombos Rurais* que será desenvolvido pelo projeto e que tem o intuito de ser uma das ferramentas de fortalecimento da luta quilombola e da formação da rede quilombola de economia solidária dando maior visibilidade para os quilombos e para os seus produtos bem como facilitar tanto a intercomunicação quanto a comunicação para fora. E também de dar toda a transparência sobre o projeto para a sociedade, o movimento quilombola e para todos que se interessarem.

Foi inúmeros os desafios para a realização de todas as metas. Um dos maiores foi a dificuldade de comunicação entre a coordenação executiva e a ponta, e entre os agentes e os coordenadores estaduais. Outro desafio enorme foi a falta de recursos no projeto para a

formação *in loco* dos agentes de desenvolvimento que foram os pesquisadores e o acompanhamento, pela executiva, da pesquisa no campo.

Como em todos os projetos complexos, os diferentes tempos de cada segmento envolvido (governo, academia, instituição proponente, movimento social) também se constituem em um problema a ser bem acompanhado e administrado. O entendimento do que é o projeto e os diferentes interesses embutidos nas parcerias até se reconhecerem e conseguirem chegar a um acordo também demanda outro tempo, que é o do próprio processo. E, por último, a criação de vínculos e de laços de confiança entre os parceiros também só ocorre com o passar do tempo em uma prática (práxis) comum.

Em função deste cenário fez-se necessário um esforço grande de gestão e monitoramento. Houve vários conflitos dentro da equipe e a habilidade de resolução de conflitos ora era encarnado por um dos integrantes, ora por outro. Também houve a necessidade de produção de um razoável volume de cartilhas com orientações para tentar organizar da maneira a mais clara possível, orientações específicas para cada meta do projeto.

Histórico do Projeto Etnodesenvolvimento e Economia solidária

Em Maio de 2003, o Governo Federal instituiu um grupo de trabalho que tinha por objetivo elaborar uma política de regularização fundiária e de garantias sócio-culturais para as comunidades quilombolas. O resultado deste trabalho foi o Decreto nº. 4.887/03. O dispositivo legal determinava também a constituição de uma política de etnodesenvolvimento para os quilombos. O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, montou, em parceria com diversos outros Ministérios, o Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas. Foram capacitados 46 agentes quilombolas que durante o primeiro semestre de 2005, realizaram um diagnóstico da realidade socioeconômica e das potencialidades de fomento à organização produtiva de 16 comunidades quilombolas, em 23 estados brasileiros, atingindo um total aproximado de 70 mil pessoas.

Este diagnóstico deu origem a uma das principais estratégias de fomento e promoção da Economia Solidária da SENAES que é a *ação de desenvolvimento local por meio da atuação de agentes*, atualmente conhecido como Projeto Brasil Local.

Outros fatos importantes decorrentes deste processo foram a realização da Iª Pré-conferência Temática de Etnodesenvolvimento que ocorreu em maio de 2010, preparatória para a IIª Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES e a constituição do



primeiro Banco Comunitário Quilombola em Alcântara/MA. Também é importante enfatizar que o trabalho dos agentes deu visibilidade a uma perspectiva de integração das políticas públicas com base em um recorte territorial étnico.

Foi a partir das relações de trocas com experiências, métodos e processos desenvolvidos por outras ações e práticas como, por exemplo, “A Rede Solidária da Pesca e a Pesquisa Ação” da qual o Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ faz parte, que a pesquisa-ação – enquanto uma metodologia para a ação e a construção de conhecimento crítico – está sendo incorporada hoje na atual perspectiva do etnodesenvolvimento e da educação pelo trabalho para a organização do processo econômico de desenvolvimento sustentado nas comunidades quilombolas.

A parceria entre o SOLTEC/UFRJ e as organizações quilombolas, mais precisamente com a Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul – FACQ teve início através da articulação do então coordenador de fomento da SENAES, Jorge Nascimento que já conhecia o trabalho do SOLTEC na construção da Rede Solidária da Pesca através da metodologia de pesquisa-ação.

A SENAES solicitou que o SOLTEC realizasse um seminário de apresentação da pesquisa-ação para os quilombolas do Rio Grande do Sul. Ocorreram dois Seminários de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária em 2008, em Porto Alegre — RS organizados pela SENAES-MTE e a FACQ com a participação do SOLTEC/UFRJ através das pesquisadoras Sandra Mayrink Veiga e Vera Maciel e do pesquisador Felipe Addor. (Fonte: folder do projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária)



ABRANGÊNCIA DO PROJETO BRASIL LOCAL ETNODESENVOLVIMENTO ECONOMIA SOLIDÁRIA



17

O Projeto Brasil Local - Etnodesenvolvimento se propôs a beneficiar **7.589 famílias** e **100 empreendimentos** de economia solidária, distribuídos em **11 Estados**: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Goiás, portanto nas cinco Regiões do Brasil; em **43 municípios**: RJ – Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Rio Claro; SP – Ubatuba e Eldorado, MG – Varzelândia, São João da Ponte e São Francisco; ES – São Mateus e Conceição da Barra; GO – Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; PA – Santarém; BA – Cairu, Taperoá, Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves, Camamu, Igrapiuna, Valença, Ituberá, Nilo Peçanha e Maraú; MA – Alcântara; PE – Salgueiro, Mirandiba, Bom Conselho, Garanhuns, São Bento da Una e Custódia; RGS – Canguçu, Restinga Seca, Santa Maria, São Sepé, Cachoeira do Sul, Formigueiro, Nova Palma e Tavares; PR – Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Guarapuava; **105 comunidades**.



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Mapa

OBJETIVO GERAL

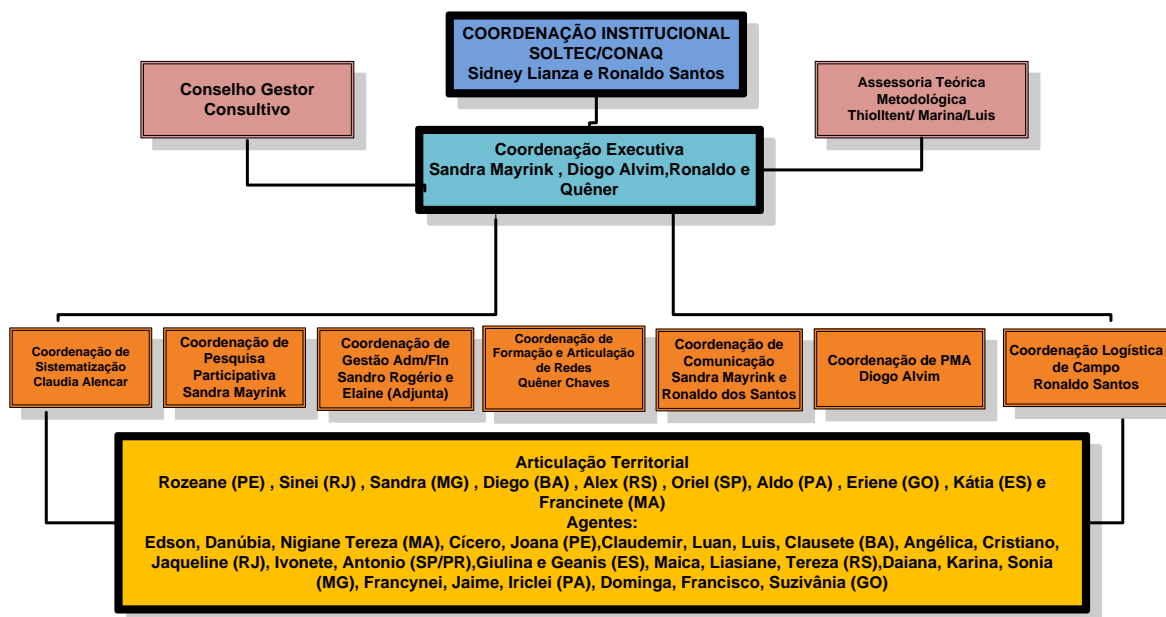
O objetivo principal é contribuir para o etnodesenvolvimento, através do fomento à Economia Solidária e o fortalecimento das organizações dos quilombolas, nos territórios étnicos econômicos solidários, através dos agentes de desenvolvimento solidário, por meio de processos de formação dialógicos, da pesquisa-ação, formação de redes e cadeias produtivas.



GESTÃO

Após a assinatura do Convênio entre a Fundação Coppetec e o Ministério do trabalho e Emprego, a equipe constituída por pessoas do Núcleo de Solidariedade Técnica - Soltec/UFRJ e da Confederação Nacional de Quilombolas Rurais – CONAQ., realizaram várias reuniões para definir quais os primeiros encaminhamentos do projeto. onde a formalização da parceria entre o Soltec/UFRJ e a CONAQ.

Em função deste cenário fez-se necessário um esforço grande de implantar uma metodologia de gestão, onde todo o processo de elaboração, execução e conclusão de projeto fosse construído de formar participativa com todos os integrantes do projeto (coordenação, parceiros, agentes, articuladores e consultores), considerando que estamos falando de um projeto construído e executado por mais de um instituição.

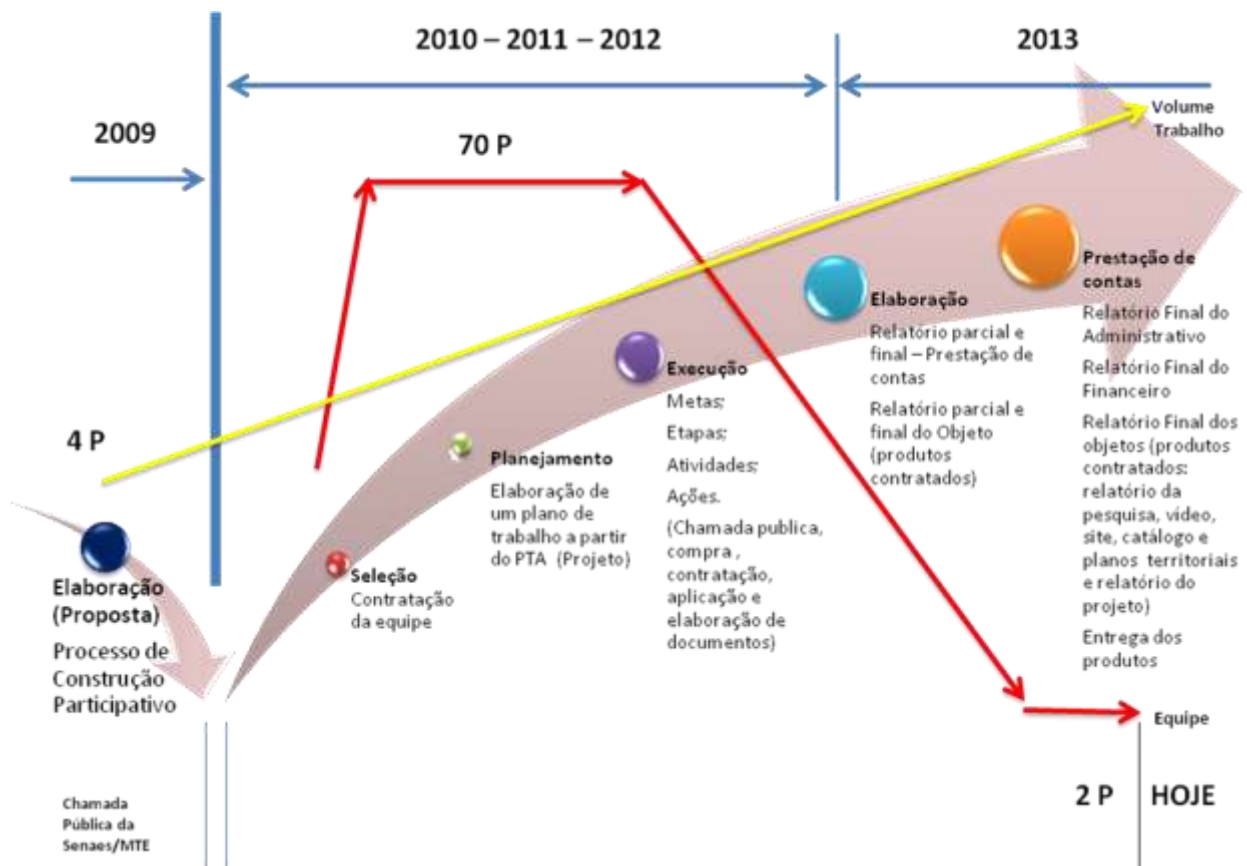


As contratações realizadas pela Fundação Coppetec dos articuladores estaduais e agentes ocorreu em setembro de 2010, por meio de uma chamada pública. Inicialmente, os articuladores e agentes seriam contratados via uma associação quilombola, mas, com a orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária –SENAES/MTE, foi que a contratação se daria via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Assim, realizada.

A metodologia usada para realizar a gestão do projeto foi baseada no modelo de gestão participativa. Desta forma, várias ferramentas de controle, planejamento e sistematização foram usadas no projeto. Além disso, o organograma do projeto foi composto por 2 (dois) coordenadores executivo do Solte e 2 (dois) coordenadores executivo da CONAQ.

Mesmo se tratando de um projeto compartilhado entre duas instituições é bom lembrar que qualquer cobrança jurídica e de prestação de contas dos recursos repassados pela SENAES/MTE é da Fundação Coppetec / UFRJ.

Houve vários conflitos dentro da equipe e a habilidade para a tentativa de resolução dos conflitos mostrou-se necessária durante todo o percurso e nem sempre os conflitos são superáveis sobretudo quando colocam em risco o bom andamento do projeto. Também houve a necessidade de produção de um razoável volume de cartilhas com orientações para tentar organizar de maneira mais clara possível, orientações específicas para cada meta do projeto.



Momento de formação dos agentes/articulador (gestão e pesquisa) de Santarém – PA

Juntado as partes: economia solidária, etnodesenvolvimento, território quilombola, comunicação e pesquisa-ação

Segundo Ronaldo dos Santos:

“(...) a economia solidária sempre fez parte do nosso modo de vida e da nossa resistência. Só não tinha essa denominação, era somente o nosso jeito de produzir. O projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária vem fazendo um levantamento nas comunidades quilombolas identificando potenciais econômicos interessantíssimos, o que possibilitará a formação de uma rede de empreendimentos solidários quilombolas. Estamos também fazendo um Censo quilombola que informará posteriormente tanto os Planos Territoriais para a reivindicação de políticas públicas locais, estaduais e federal, quanto dará subsídios para as nossas Associações quilombolas nas suas lutas locais e estaduais e a CONAQ na luta nacional.

22

A gente tem buscado fortalecer essa ideia de que nós somos mais do que um grupo que reivindica terra, nós somos um grupo social diferenciado, que tem um modo de vida próprio e que nossos territórios são espaços de produção, comercialização e de troca não só de produtos, mas de experiências, vivências e cultura”.

Em todos os territórios há prestação de serviços, produção e consumo. A Economia Solidária não se desenvolverá em abstrato e sim nos territórios “usados”, como diria Milton Santos. Em cada município há terras paradas e/ou degradadas que podem ser ocupadas ou recuperadas, pessoas subempregadas, potenciais e saberes de produção e cultura, miséria e fome.

“A gigantesca subutilização da força de trabalho e dos recursos existentes no local¹ envolve uma compreensão de que se trata de assegurar que as pessoas e recursos excluídos dos processos

¹ Adendo nosso.



produtivos – e essa tecnologia elitizada que temos impede essa entrada – possam ser um vetor de inclusão produtiva extremamente poderoso”. (DOWBOR, 2009)

É necessário que a Economia Popular Solidária adquira um conhecimento profundo sobre os territórios onde estão localizados os seus empreendimentos, inclusive mensurar o consumo e as instalações daquele local, saber o que é produzido dentro do território e o que vem de fora, quais são as iniciativas estruturantes que podem dinamizar o conjunto. A partir daí a EPS poderá pensar a sua atuação e a constituição das suas redes locais e estaduais. Não é apenas o mapeamento dos seus próprios empreendimentos que se faz necessário, mas sim do tecido produtivo e de serviços, das instalações, dos terrenos vazios, das casas abandonadas ou fechadas ... **rua por rua, gleba por gleba** de terra para que se possa pensar, propor e realizar novos arranjos produtivos dentro da visão da Economia Popular e Solidária.



“O desenvolvimento sempre foi visto como processo que chega a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva”.
(DOWBOR, 2009)

No entanto, o desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social. A garantia do direito de ganhar a vida produtivamente gera impacto positivo sobre todas as dimensões do desenvolvimento. A Economia Popular Solidaria necessita que haja o que Gabriel Kraychete chamou de **ambiência**, isto é,

*“(...) ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, sindicatos etc. comprometidas com um processo de transformação social. Não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. Não são iniciativas pontuais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável que produzirão a sustentabilidade dos empreendimentos de ES, mas sim ações políticas **organizadas, amplas e concatenadas**² nos territórios”.* (KRAYCHETE, 2009)

Usando o conceito cunhado por Milton Santos de território para além das formas, i.e., *território usado* onde entram as pessoas com suas relações e realizações e colocando agora ênfase na economia solidária e na importância da pesquisa-ação como estratégia de seu fomento e fortalecimento:

² Grifo nosso.



“Nestes tempos quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental de análise geográfica.

Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas.

Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. O discurso e a metáfora, isto é, a literaturização do conhecimento, podem vir depois, devem vir depois. (Idem)



Comunidade quilombola de conceição das crioulas – Pernambuco - PE

Quanto à comunicação e informação, como já dizia o Velho Guerreiro, Chacrinha: *“Quem não se comunica, se trumbica”*. Aqui está uma das razões de afirmarmos a intensidade da segregação e exclusão dos quilombolas. Como demonstrado pelo censo, apenas **3% dos domicílios — em um universo de 1.650 questionários/domicílios e um total de 6.258 moradores/população — pesquisados têm computador e 2% têm acesso a Internet**. Esta é mais uma violação de direitos, é uma quebra do direito à comunicação e à informação. A internet nos nossos dias é um direito humano fundamental, ainda mais nos territórios quilombolas que se encontram isolados, com péssimos acessos, com inúmeras dificuldades de locomoção, onde a comunicação entre os territórios quilombos só se dá através de SMS quando as lideranças têm celulares e podem pagar as contas. Como acessar informações? Como denunciar as diferentes agressões que sofrem dos diversos segmentos empresariais: latifúndio, agro negócio, especulação imobiliária etc.? Como se comunicar para organizar suas redes de empreendimentos? Como se organizar no movimento nacional pela titulação de suas terras? Como divulgar a sua cultura, seus produtos, seus artesanatos?

Nós todos já tínhamos tomado ciência do enorme déficit comunicacional dos territórios quilombolas e desde os seminários do Rio Grande do Sul já havíamos pensado em uma proposta bastante complexa de meios de comunicação inclusive uma hiper TV quilombola, além do portal interativo.

DESAFIOS E APRENDIZADOS

Desde o início houve por parte do Soltec uma discordância quanto a quantidade de comunidades que haviam sido escolhidas. No primeiro seminário de planejamento junto com as lideranças dos territórios discutimos este assunto e eles sugeriram um remanejamento pois estava sem racionalidade e a infraestrutura que o desenho demandava seria caríssima tanto em recursos financeiros quanto em desgaste dos pesquisadores em locomoções por vezes de mais de 300 quilômetros. A SENAES recusou esta alteração. Esta decisão mostrou-se equivocada e trouxe consequências sérias para o desenvolvimento do projeto.





Sandra (articuladora de Minas Gerais – Quilombola)

O processo de contratação dos agentes foi conturbado e difícil dado que seria uma contratação à distância. No projeto aprovado havíamos proposto fazer um repasse de recursos para uma Associação de Moradores Quilombolas e ela faria as contratações dos coordenadores e agentes e nós daríamos suporte e monitoraríamos todo o processo, mas houve uma mudança nos critérios que passaram de contrato por prestação de serviços por tempo determinado para carteira assinada. Isso causou um impacto enorme no orçamento e exigiu todo um novo planejamento e construção de outro Plano de Trabalho, o que trouxe um atraso de seis meses no andamento do projeto.

Um desafio que só ficou posto no decorrer do projeto foi o fato de termos nos proposto a uma coordenação executiva do projeto de forma participativa e paritária e de fato conseguimos ter um projeto participativo, no entanto é impossível se ter uma coordenação de fato paritária quando a responsabilidade jurídica também não é paritária e no nosso caso, somente a Coppetec da UFRJ é legalmente responsável. O resultado é que os interesses de cada parceiro se tornam diferenciados no processo o que causa vários conflitos. Esta foi uma lição que aprendemos e foi um desafio constante a ser superado.

Outro grande desafio foi a dificuldade de acesso aos agentes e coordenadores nas comunidades por falta de equipamentos de comunicação e por ter havido uma hierarquização no contato direto que ficou na responsabilidade principalmente da CONAQ durante todo o período da pesquisa.

No que diz respeito à pesquisa, o nosso grande desafio era conseguir fazer uma *pesquisa-ação integral* com esta abrangência territorial.

Por que escolhemos a Pesquisa-ação para ser usada no projeto?

No entanto, se a opção for pelo fortalecimento da autonomia dos grupos populares e o seu empoderamento pela troca de saberes, ou seja, se a opção for libertadora então o pesquisador reconhece que a realidade é dinâmica e opera na relação entre objetividade e subjetividade e que portanto não haverá como conhecer a realidade concreta a não ser com a participação dos grupos populares enquanto sujeitos, junto com os pesquisadores e que, deste conhecimento construído em conjunto se torna um novo conhecimento no processo da pesquisa.



Reunião do Projeto Brasil Local Etnodesenvolvimento na UFRJ – Rio de Janeiro

Optamos pela metodologia da pesquisa-ação por coerência com nossos princípios. A pesquisa-ação envolve as pessoas das comunidades afetadas como co-pesquisadores em todas as suas fases: identificando questões, coletando dados, analisando os dados e os resultados da pesquisa bem como o uso a ser feito desses resultados.

Entendemos que a pesquisa-ação fortalece e fomenta a economia solidária e o etnodesenvolvimento, é uma ferramenta estratégica estruturante.

O CENSO

Para a pesquisa quantitativa foi especialmente construído de forma participativa um questionário, levando-se em conta também estudos e experiências em levantamentos semelhantes e as necessidades específicas do projeto. O instrumento ainda foi aperfeiçoado a partir de reuniões com os dois consultores contratados pelo projeto para a realização do Censo: Marina Sidrim Teixeira e Luiz Carvano.

A equipe nacional e os coordenadores(as) passaram por uma formação para a pesquisa domiciliar onde houve ainda um aprimoramento que levou a algumas alterações principalmente na folha de identificação da família. Um pequeno número de questionários foi aplicado em moradores de quilombos pelos agentes e coordenadores do trabalho de campo, a guisa de pré-teste, possibilitando acertos finais no instrumento de coleta.

30



Santarém -PA

A apresentação do relatório final do Censo diz o seguinte:

“É com grande satisfação e o sentimento coletivo de ter realizado uma tarefa das mais desafiadoras e inovadoras que apresentamos à sociedade brasileira este relatório.

Inovadora porque deu início a uma parceria de gestão compartilhada entre a academia, através do Núcleo de Solidariedade Técnica – SolTec, e o movimento quilombola, através da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Nas palavras de Ronaldo Santos, representante da CONAQ na direção executiva do projeto: “É a primeira vez que a CONAQ está na gestão direta de um projeto nacional”. Esta parceria implica no exercício prático de aprendizagem mútua, de troca de saberes, de tempos e culturas diversas e de adequação aos diferentes regionalismos de nosso país continental. Não é uma tarefa simples, mas que carregou muitos ensinamentos para todos e todas que dela participaram.

*Desafiadora porque como mostra a pesquisa, a possibilidade de comunicação através dos novos meios tecnológicos é impossível uma vez que somente **3% dos domicílios têm computador e 2% têm acesso a Internet**. Desafiadora ainda porque a executiva não tinha como fazer a formação para a pesquisa-ação e as demais ações e atividades do projeto nos territórios. Isso implicou em um aumento na dificuldade de aplicação da pesquisa como um todo uma vez que o censo é **um** dos instrumentos utilizados para a pesquisa-ação.*

*Como todos poderão ver os territórios quilombolas pesquisados apresentam uma baixíssima **integração às redes de serviços públicos**: somente **15%** dos domicílios têm a rede pública de água como fonte da água consumida para beber, sendo que há território que o acesso à água está há 20 quilômetros de distância; somente **5%** dos domicílios declararam que o lixo é regularmente coletado sendo que a maioria absoluta, **89%**, **queima o lixo** doméstico produzido cotidianamente; e somente **0,2%** estão conectados à rede de esgoto ou pluvial. Apenas a ligação à rede elétrica é exceção graças ao programa “luz para todos” do governo federal. A existência de banheiro dentro de casa, outro relevante*



*indicador de qualidade da habitação, é uma condição que só é satisfeita por 1/4 das moradias. Um pouco mais da metade delas possui o equipamento, porém situado fora da construção da casa (54%) e é significativa a parcela de domicílios que **não dispõem de banheiro: 21%**.*

Os programas que atingem maior número de moradores são o Bolsa Família (63%) e a Cesta Básica (58%), representando a única fonte de renda para 30% do universo pesquisado.

A idade média é baixa (25,86 anos) e a mediana (1 O valor que divide a distribuição ao meio) ainda menor: 21 anos.

*Um dado alvissareiro é que 93% dos adolescentes estão frequentando a escola. A proporção daqueles que nunca frequentaram escola em suas vidas é de 8%, sendo significativamente mais elevada entre os idosos (30%). Porém o nível educacional alcançado pela população até o momento da pesquisa é fortemente concentrado no **Fundamental Incompleto (70%)**. Poucas pessoas têm o superior incompleto e completo (1% de cada) e, dentre estas, a predominância é das mulheres.*

Ao contrário do que ocorre com a população brasileira como um todo, há uma ligeira predominância masculina entre os quilombolas (51% de homens versus 49% de mulheres). A primazia quantitativa de homens se mantém em todas as faixas etárias, mais ou menos nas mesmas proporções encontradas para o conjunto, dado que questiona a ideia de evasão seletiva de pessoas das comunidades na idade adulta.

*Os setores de atividade que mais congregam os trabalhadores residentes nas comunidades pesquisadas são **a agricultura (70%) e a pesca (12%)**.*

*A renda mensal dos moradores é muito baixa: **61% não atingiam 1 Salário Mínimo mensal** (O salário mínimo usado para cálculo foi no valor de R\$510,00 por ter se constituído na moda da distribuição). O valor médio foi de R\$323,96 e o mediano de R\$250,00. **Categorizados por classes de renda domiciliar per capita, 89% dos domicílios estão abaixo de um salário mínimo.***

*O item mais bem avaliado, dentre uma extensa lista, obteve 45% de avaliações positivas foi a alimentação. Inversamente, **o item mais mal avaliado e que recebeu 95% de avaliação negativa, refere-se às oportunidades de trabalho e renda.***

*Este pequeno resumo de alguns resultados da pesquisa demonstra que os quilombos precisam ser afirmados enquanto **territórios** face às políticas públicas para que se tenha um desenho integrado das diferentes políticas necessárias para a superação dos entraves ao etnodesenvolvimento. Este relatório demonstra também a urgência de se superar a falta de oportunidades de trabalho e geração de renda. Para tanto, e no contexto da visão de políticas integradas, a Economia Solidária, com destaque para a organização em rede dos empreendimentos econômicos solidários quilombola, deve apresentar-se como uma das principais soluções para vencer este desafio. Outra proposta neste sentido é a de que as comunidades quilombolas pesquisadas entrem urgentemente no Programa de Erradicação da Miséria. A partir destas medidas estaremos contribuindo para o fortalecimento de um Brasil justo e que garanta os direitos fundamentais de seus cidadãos.*

É importante registrar ainda que os dados foram desagregados por território e por comunidade e que há uma pequena coleção destes resultados tanto nas comunidades, na SENAES quanto no SOLTEC/UFRJ e que todos estarão disponibilizados no sítio: www.kilombosrurais.com.br.

Podemos afirmar que foi emocionante ver como os quilombolas se apropriar e analisar os dados coletados e sistematizados e vendo a necessidade de alterar algumas de suas táticas e estratégias de atuação nas associações locais. Mas se ficamos contentes com isso, também nos entristecemos ao ouvir que esta foi a primeira vez que tiveram acesso às informações pesquisadas em seus territórios e puderam debatê-las em conjunto para formular propostas e ações necessárias, agora com base em dados cientificamente coletados, para que as políticas públicas possam vir a contribuir para o etnodesenvolvimento.

Por fim, desejamos a todos e todas uma boa leitura deste relatório de apresentação dos dados do censo quilombola realizado

Queremos registrar aqui de público nossos parabéns a toda a equipe envolvida e, ainda, dizer que nos colocamos à disposição de todos e todas que quiserem mais informações sobre este trabalho ou que quiserem colaborar para a superação dos problemas detectados.

E, por fim, chamar a atenção de todos e todas para o fato de que está havendo nos quilombos um grau elevadíssimo de violação de direitos



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Constitucionais como o ARTIGO 6º dos DIREITOS SOCIAIS e do ARTIGO 68 do Título X da CONSTITUIÇÃO FEDERAL do BRASIL; da CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT da qual o Brasil é signatário e do DECRETO Nº 4887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 da Presidência da República”.

A Coordenação Executiva





Comunidade Quilombola de Saracura – Santarém -PA

RESULTADOS

35

Foram produzidas cartilhas e instrumentos: Cartilha com instrumentos para a realização do mapeamento dos empreendimentos quilombolas de economia solidária; instrumento para organizar e produzir um catálogo com os produtos quilombolas;. Cartilha com os direitos, as legislações que dizem respeito aos quilombolas e a sistematização da 1ª Conferência Temática de Etnodesenvolvimento no processo da IIª CONAES;. Cartilha de Introdução a Pesquisa-ação: a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa e seus instrumentos;. Cartilha intitulada “Recomendações para a elaboração de um Plano Territorial de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas” que trás uma proposta de metodologia para a realização do Seminário. E contém também alguns conceitos para debate como: economia solidária, empreendimentos solidários, etnodesenvolvimento e políticas públicas e. Cartilha sobre Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O mapeamento dos empreendimentos quilombolas e um catálogo com os produtos quilombolas, um portal dos quilombos, um vídeo institucional e um Censo.



Produto Quilombola de economia solidária – Canguçu - RS

LEGADO

Entendemos que, no nosso projeto, um dos principais legados terá sido o exercício do uso da Pesquisa-ação como ferramenta estratégica para o Etnodesenvolvimento e a Economia Solidária com seu fechamento na elaboração e encaminhamento dos Planos Territoriais de Etnodesenvolvimento, Economia Solidária e Políticas Públicas sistematizados e transformados em um Programa de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária uma das principais contribuições que esse nosso caminhar de 20 meses estará dando não só para os territórios quilombolas, mas, também, para o movimento de Economia Solidária e os governos que entendam a importância de políticas públicas articuladas para esta população e seus territórios e o cumprimento dos seus direitos constitucionais.

A outra contribuição importante é o mapeamento dos empreendimentos solidários quilombolas que possibilita novos arranjos produtivos e de comercialização e em alguns casos a montagem de cadeias produtivas como, por exemplo, a da farinha e da banana.



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



Houve claramente um empoderamento das lideranças territoriais segundo varias de suas falas documentadas em vídeos.

O movimento quilombola da CONAQ também pôde fazer várias articulações através do projeto pois o projeto propiciou o inicio da formação de uma rede entre as comunidades através do contato presencial dos agentes nos territórios e entre todos no ultimo seminário de formação realizado em outubro de 2011.

Avaliamos que a produção de novas metodologias e de conteúdos através da elaboração das cartilhas também é uma produção que poderá ser útil tanto para os quilombolas quanto para outros movimentos sociais que queiram fazer a pesquisa-ação e produzir plataformas de políticas públicas construídas pela base.

O portal também é uma ferramenta construída pelo projeto que propiciará visibilidade para as denúncias de violência que os quilombolas sofrem e dará também maior visibilidade aos territórios quilombolas caso haja uma política pública que instale computadores e torres GSAC nos territórios, caso contrário continuarão isolados.

E, por fim, o mapeamento dos empreendimentos quilombolas e a produção de um catálogo com seus produtos são que esperamos contribua para a divulgação desses produtos e a sua comercialização.





Parte da equipe do projeto

BIBLIOGRAFIA

- ANDALOUSSI, Khalid.** *Pesquisas-ações*. Santa Catarina : Editora EdufSCar, 2004.
- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha; VEIGA, Sandra Mayrink.** *Novo Vocabulário Político*. Petropolis : Vozes, 1995.
- BROSE, Markus (org).** *Metodologia participativa. Uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre : Tomo Editorial, 2001.
- BOURDET, Yvon.** *L'espace de l'autogestion*. Paris, Galilée, 1978. (Coll. Débats)
- _____ *Pour l'autogestion*. Paris, Éd. Anthropos, 1974.
- BURKE, Peter.** *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo : Editora UNESP, 1992.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de.** *Coleção Encontros*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2008.
- CORAGGIO, José Luis.** “La Sostenibilidad de los Emprendimientos de la Economía Social y Solidaria”. in Outra Economia volume II nº 3, 2008.
- _____ “Economia Popular e Construção da Cidade”, in *Proposta*, nº 62, set. 94.
- _____ *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito, ILDES. FLACSO, 1998.
- DIONNE, Hugues.** *A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília : Editora Líber Livro, 2007.
- DOWBOR, Ladislau.** Vários artigos ver <http://dowbor.org/>
- FRANCK, R.** Recherche-action, ou connaissance pour l'action. In. *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 5; 45, 1981.
- FREITAS, Sonia Maria de.** *História Oral. Possibilidades e Depoimentos*. 2ª edição. São Paulo : Associação Depoimentos, 2006.
- GAY, Peter.** *The Dilemma of Democratic Socialism: Eduard Bernstein's Challenge to Marx*. New York: Columbia University Press, 1952
- GOMES, Romeu.** *A análise de dados em pesquisa qualitativa*. In: MINAYO, M.C.S. (org.). *Teoria, método e criatividade*. Petrópolis : Editora Vozes, 2003.
- KRAYCHETE, Gabriel.** *Políticas de apoio aos empreendimentos da economia solidária*. Exposição realizada no II Congresso das ITCPs – USP, 14/dezembro/2008.



_____. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro : Eds. VOZES; CAPINA; CESE; UCSAL, 2000.

LEROY, Jean Pierre. *Territorios do Futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva*. Rio de Janeiro : Lamparina, 2010.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.) *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2005.

LISBOA, Armando. ‘Solidariedade’. In *A Outra Economia*. Rio Grande do Sul, Veraz Editores, 2003.

_____. “A Atualidade de Karl Polanyi para a Reconstrução do Pensamento Econômico”. In *Outra Economia* volume II nº 3, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* Ed. Expressão Popular, 2009

_____. Textos Escolhidos. www.rls.org.br/publicacoes

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I e Livro III

NASCIMENTO, Cláudio. “Socialismo Autogestionario” in *A outra Economia*. Rio Grande do Sul, Veraz Editores, 2003.

_____. “Autogestão: Economia Solidária e Utopia” in *Outra Economia* volume II nº 3, 2008.

<http://racismoambiental.net.br>

REA, Louis e PARKER, Richard. *Metodologia de pesquisa*. São Paulo : Thomson Learning, 2002.

Relatórios das Missões www.dhescbrasil.org.br

RODRIGUEZ, Maria Helena Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: uma experiência de exigibilidade dos DhESCA. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA Brasil, 2007.

SANTOS, Milton. *Coleção Encontros*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue, 2007.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo : Ed. Perseu Abramo, 2002.

_____. Em defesa dos direitos dos trabalhadores. www2.mte.gov.br/geral/publicacoes.asp

STRAUSS e CORBIN. *Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre : editora Artmed, 2009.

STRINGER, Ernest. *Action Research*. 2nd. ed. Thousand Oaks; Londres : Sage, 1999.

TEIXEIRA, Marina Sidrim. *Apostila da Oficina “Pesquisas Quantitativas na Prática*. Rio de Janeiro, Mimeo. 2010



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária



THIOLLENT, Michel. “Metodologia da Pesquisa-ação” 17ª edição, São Paulo : Cortez, 2009.

_____. (Org.) *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos, São Paulo : EdUFSCar, 2006.

_____. Construção do conhecimento e metodologia de extensão. Texto apresentado em mesa-redonda no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, em novembro de 2002. Site do SEMPE no seguinte endereço: <<http://www.itoi.ufrj.br/sempe/index.htm>>

VEIGA, Mayrink Sandra. **Guia dos Direitos Sociais.** Rio de Janeiro, FASE Nacional, apoio Caixa Econômica, 2005.

REALIZAÇÕES



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria Nacional de Economia Solidária



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas



Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária





Secretaria Nacional
de Economia
Solidária

